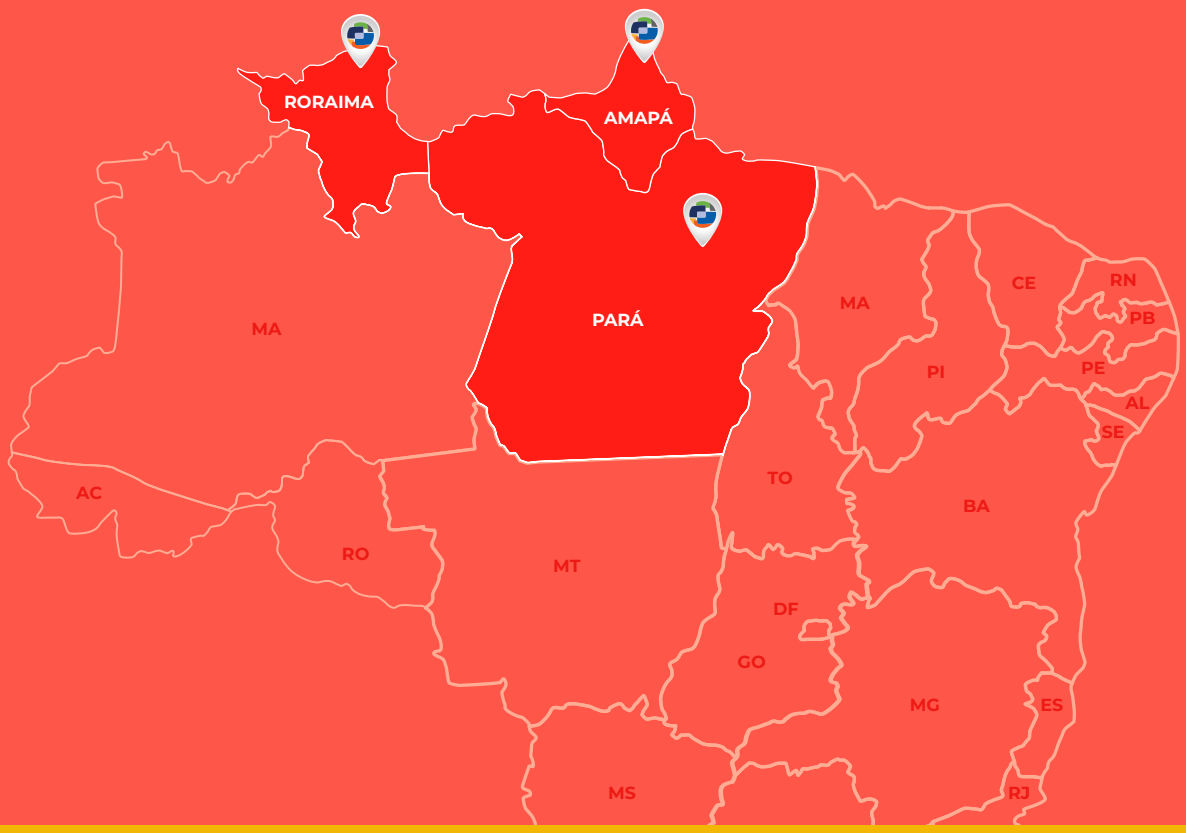
PESQUISA

A qualidade do engajamento entre organizações humanitárias, de saúde e atores da mídia

NOS ESTADOS DO AMAPÁ, PARÁ E RORAIMA NO BRASIL



Enraizado na Confiança

USAID FROM THE AMERICAN PEOPLE

Internews

SUMÁRIO EXECUTIVO

Como parte das ações do projeto **Enraizado na Confiança 2.0,** esta pesquisa visa compreender os desafios enfrentados pelos atores humanitários, da saúde e da mídia que trabalham nos estados do **Amapá, Pará e Roraima.** As entrevistas foram realizadas entre 22 e 25 de março de 2022, com cinco pessoas que trabalham com organizações humanitárias e/ou de saúde, e seis atores da mídia, distribuídos entre os três estados em que o projeto opera no Brasil. Os resultados mostraram que os atores de todos estes segmentos reconhecem a importância de estabelecer um engajamento mais próximo, especialmente durante a cobertura da pandemia da COVID-19. Entretanto, alguns desafios foram detectados na forma como se engajam entre si: para as organizações humanitárias, os jornalistas não produzem informações contextualizadas que atendam às demandas dos povos indígenas e das comunidades tradicionais. Por outro lado, os atores da mídia tiveram dificuldade em produzir conteúdo pela falta de apoio das organizações humanitárias e de saúde, que não estavam disponíveis para eles. As recomendações incluem incentivos para a participação comunitária na produção de conteúdo contextualizado, promoção de treinamento e educação para jornalistas e ações conjuntas que permitam canais de diálogo mais acessíveis entre os atores.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa abrange as atividades do **Enraizado na Confiança 2.0** e tem como objetivo compreender a relação entre os atores humanitários, da saúde e da mídia, concentrando-se nos desafios que enfrentam. No Brasil, o projeto é dirigido especialmente às populações indígenas e quilombolas nos estados do Amapá, Roraima e Pará, na região Norte. No Brasil, existem aproximadamente 896.900 indígenas. Desse total, cerca de 36,2% vivem em áreas urbanas. O restante ocupa aproximadamente 505 Terras Indígenas identificadas no país, que cobrem cerca de 1,2 milhões de km² (cerca de 13% do país). Para as terras quilombolas, existem 404 territórios oficialmente reconhecidos. A Bahia é o estado com maior concentração de localidades quilombolas, seguido pelos estados de Minas Gerais, Maranhão e Pará. Existem localidades quilombolas distribuídas em todos os estados do Brasil, com exceção do Acre e Roraima.

Em geral, os esforços de assistência humanitária estão concentrados no estado de Roraima. A plataforma R4V (Reponse for Venezuelans) é composta por diferentes agências das Nações Unidas e outras organizações humanitárias, em uma intervenção que ocorre lado a lado com a Operação Acolhida, administrada pelo Exército Brasileiro, para ajudar a população migrante e refugiada da Venezuela em Roraima. Mais de 6.000 das pessoas que cruzam fronteiras são também indígenas de diferentes etnias e regiões da Venezuela. Por esta razão, algumas organizações internacionais que integram a R4V estabelecem parcerias que incluem também os povos indígenas de territórios locais. Neste cenário, os esforços oficiais das organizações internacionais e agentes humanitários inicialmente envolvidos na Comunicação de Risco (tais como grupos de trabalho, grupos CwC) para a COVID-19 visavam refugiados e migrantes da Venezuela - indígenas e não-indígenas.

Neste mesmo contexto, há uma forte articulação e desempenho das organizações da sociedade civil, movimentos de base e institutos educacionais. Muitas destas instituições, que trabalham em diferentes

frentes focalizadas na proteção e direitos das comunidades tradicionais, geralmente também realizam ações de saúde e assistência humanitária, seja diretamente ou como implementadores de organizações maiores. Entre essas iniciativas, houve esforços concentrados no monitoramento dos dados da COVID-19 (casos, casos graves, mortes, taxas de vacinação) e na promoção de informações sobre o contexto pandêmico.

METODOLOGIA

A seleção do interlocutor da pesquisa foi feita a partir de uma amostragem intencional não-probabilística. Considerando o contexto brasileiro e os objetivos da pesquisa, os interlocutores foram divididos em dois grupos: atores de organizações humanitárias e de saúde, que também consideram representantes de organizações da sociedade civil, e atores da mídia. Os atores humanitários e de saúde foram selecionados da Rede de Engajamento Comunitário do **Projeto Enraizado na Confiança 2.0**, e os atores da mídia foram escolhidos da Rede de Engajamento da Mídia do mesmo projeto. Com base nestes critérios, os convites foram enviados tanto via e-mail quanto via WhatsApp. As entrevistas foram realizadas entre 22 e 25 de março de 2022, tanto na modalidade presencial quanto à distância, com duração entre 20 minutos e 1 hora. Com exceção de uma, todas as entrevistas foram gravadas em vídeo ou áudio.

Treze (13) convites foram enviados a representantes de organizações da sociedade civil e organizações humanitárias, das quais cinco (5) concordaram em conceder entrevistas, duas (2) das quais operam no estado de Roraima, duas (2) no Pará e uma (1) no Amapá. Vale mencionar que quatro (4) entrevistas foram realizadas virtualmente, através da plataforma das Teams, e uma (1) entrevista foi realizada pessoalmente na sede da Coordenação da Associação das Comunidades Quilombolas do Pará (Malungu). Quanto aos atores da mídia, foram enviados quatorze (14) convites, dos quais seis (6) foram aceitos: três (3) com jornalistas de Roraima, dois (2) com jornalistas do Amapá e um (1) com um jornalista do Pará. Das seis (6) entrevistas, uma (1) foi feita pessoalmente, quatro (4) foram feitas por vídeo-chamada via Teams e uma (1) por vídeo-chamada via WhatsApp.

LIMITAÇÕES

É importante considerar como parte da limitação da pesquisa o curto período para conduzir as entrevistas, devido ao seu impacto na conciliação dos cronogramas das conversas quanto para garantir a participação de um número maior de instituições. No processo de seleção dos participantes, procuramos assegurar a presença de instituições que operam nos estados-alvo do projeto (Pará, Amapá e Roraima) e consideramos a equidade de gênero entre os entrevistados, assim como a representação das agendas indígenas e quilombolas.

Apesar desses esforços, não conseguimos entrevistar um número equivalente de comunicadores ou atores humanitários por estado, conforme descrito na seção de metodologia. Assim, há limitações para compreender tanto o cenário humanitário quanto o contexto da mídia em alguns dos estados. Estas limitações, entretanto, estão relacionadas às circunstâncias desta pesquisa, e não refletem necessariamente a prevalência do desempenho dos projetos nestes estados. Entre os atores humanitários, três (3) homens e duas (2) mulheres foram entrevistados. Entre os atores da mídia, fomos bem-sucedidos em termos de representatividade de gênero: entrevistamos três (3) mulheres e três (3) homens.

Resultado 1: *Ausência de ação contextualizada da mídia diante das demandas dos povos indígenas e quilombolas*

Todos os participantes da pesquisa ressaltaram em suas declarações que a mídia tinha/tem um papel importante no contexto da COVID-19 na transmissão de informações sobre a realidade das comunidades e no compromisso com a transmissão de informações verdadeiras sobre a pandemia. Entretanto, havia a necessidade de produzir informações contextualizadas às demandas indígenas e quilombolas.

> A mídia desempenhou um papel correto e comprometido na transmissão da informação, mas o fez dentro daquilo a que está acostumada. Eles não procuraram adaptar idiomas para aqueles que não estão sendo alcançados (Técnica de campo do Instituto Peabiru, Pará, 25 de março de 2022).

Embora a cobertura da mídia brasileira sobre comunidades indígenas e quilombolas tenha melhorado nos últimos anos, estas populações são sistematicamente excluídas das manchetes e das principais reportagens nacionais (Narrativas Ancestrais, 2022; CEBRAP,

2021). Quando suas histórias e realidades não são esquecidas, a representação desses grupos na mídia é geralmente preconceituosa e problemática.

Em meio a isto, também temos o fato de que muitos veículos de mídia locais são propriedade de políticos (MOM, 2017). Quando os interesses desses políticos estão mais alinhados com o agronegócio e a mineração, eles sistematicamente vão contra os interesses das populações indígenas e quilombolas. Nos três estados onde o projeto Enraizado na Confiança opera foram identificados meios de comunicação relevantes de propriedade dos políticos.

Vale acrescentar também que o Norte do Brasil é a região com o maior número de desertos jornalísticos do país (Atlas das Notícias, 2022). A mídia desta região está normalmente concentrada nas capitais estaduais, e muitas vezes produz notícias sobre o contexto urbano. Nesses casos, as populações indígenas e quilombolas recebem pouco espaço nas notícias.

Todos estes elementos levam a um distanciamento da grande mídia destas comunidades. Os entrevistados trabalham em territórios tradicionais, conhecem as realidades e os confrontos das comunidades e enfatizaram a necessidade de práticas sensíveis às especificidades dos povos indígenas e quilombolas. Eles indicaram que a comunicação com/para indígenas e quilombolas é um processo diferenciado que requer interesse, diálogo e compreensão de diferentes realidades. E a grande mídia não participa desse processo.

> Trabalhos focados na responsabilidade social e socioambiental não são interessantes para a grande mídia. Falta uma visão diferenciada dos meios de comunicação em relação ao trabalho realizado pelas organizações. É necessário um olhar que olhe para a importância das coisas boas nas áreas de saúde, educação, cultura (Coordenador do Projeto Malungu, Pará, 24 de março de 2022).

Como resultado, estas comunidades permanecem à margem dos principais debates da sociedade. Um exemplo disso foi o monitoramento dos casos e das mortes resultantes da COVID-19. O governo brasileiro não monitorou estes dados entre os quilombolas. Em relação aos povos indígenas, o monitoramento foi repleto de dificuldades, como a recusa do governo em prestar contas dos povos indígenas que vivem em terras protegidas não demarcadas ou em áreas urbanas. A grande mídia não fez nenhum esforço para atender a esta demanda. Esta população, portanto, não tinha informações para entender melhor o cenário pandêmico entre suas comunidades. Neste contexto, foram organizações quilombolas e indígenas como CONAQ, Malungu e APIB que tomaram medidas para mapear e sistematizar estes dados.

> A mídia precisa voltar sua atenção para esta população, disseminando informações que atendam suas demandas e verificando os fatos que circulam entre as comunidades. Além disso, é necessário adaptar a linguagem e criar estratégias de comunicação, para que haja um desempenho eficaz e contextualizado. Faltava uma forma mais clara de atingir estas populações, em [termos de] meios e linguagem. Não podemos simplesmente estigmatizar as pessoas para divulgar certos tipos de informação - há uma forte necessidade de entender as origens destas situações, indo além dos binários de DIREITO x ERRADO que podem impedir qualquer possibilidade de diálogo (MSF Brazil Press Advisor, 21 de março de 2022).

Para este entrevistado, ao estigmatizar uma população por compartilhar ou acreditar em rumores, perdemos a oportunidade de dialogar com estas comunidades. Ao abandonarmos os julgamentos de "certo" e "errado", podemos compreender melhor as crenças e percepções destes grupos.

Resultado 2: *Importância dos comunicadores indígenas e quilombolas no processo de construção e compartilhamento de informações*

O contexto da pandemia impactou os territórios indígenas e quilombolas de diferentes maneiras, ampliando as desigualdades sociais e os confrontos diários. Os entrevistados enfatizaram as dificuldades de acesso à internet, as dificuldades de deslocamento, a falta de estrutura básica em saúde e comunicação, o que reflete diretamente o desempenho das organizações nesses territórios e a prática da mídia.

> Em dois anos de pandemia, durante 5 meses, pode ter tido algum artigo curto. Mas ninguém foi a aldeias para escrever histórias, até porque não podia, mas também não houve muito esforço para buscar informações neste sentido (Assessor de Comunicação do Iepé, Amapá, 23 de março de 2022).

As organizações que trabalham com comunidades indígenas e quilombolas criam suas próprias estratégias de articulação, procuram se comunicar de forma contextualizada e divulgar as desigualdades, os impactos da COVID-19 nos territórios e as atividades que realizam com as comunidades para enfrentar a pandemia.

> Desde os primeiros casos, houve a preocupação de formular campanhas que chegassem às comunidades, pois as campanhas que estavam sendo divulgadas não refletiam as realidades das comunidades. (Coordenador do projeto Malungu, Pará, 24 de março de 2022).

Os interlocutores apontaram que a comunidade precisa assumir a liderança nos processos de comunicação e compartilhamento de informações. Enfatizaram a necessidade de garantir a presença dos povos indígenas e quilombolas nas instituições humanitárias e de mídia, fortalecer o trabalho de base dos comunicadores indígenas e quilombolas em seus territórios para garantir a representação e o desempenho contextualizado, melhorando assim a relação entre a mídia e as organizações nas comunidades.

> É importante que a comunidade esteja cada vez mais envolvida nos processos de comunicação e mídia sobre as questões planejadas (Coordenador de Saúde da OIM, Roraima, 21 de março de 2022).

> Os representantes das instituições apresentaram alguns desafios e estratégias criadas em suas ações de comunicação nos territórios indígenas e quilombolas. Entre os desafios estão a falta de investimento na capacitação de comunicadores indígenas e quilombolas, as dificuldades de acesso à internet, a necessidade de um olhar diferenciado que priorize o protagonismo das comunidades e a garantia de sustentabilidade para o trabalho destes comunicadores. A barreira é a inserção dos comunicadores nos territórios, é necessário criar estratégia e dar sustentabilidade de permanência à rede de comunicadores que se coloca na Amazônia (Técnica de campo do Instituto Peabiru, Pará, 25 de março de 2022).

Para as instituições humanitárias, ainda é um desafio compreender como atingir certas comunidades e orientar demandas que exigem estar ativamente inseridas nos territórios, não apenas em ação, mas na experiência e na pertença cotidiana. As instituições têm suas próprias equipes de comunicação, mas enfatizam a necessidade da presença de comunicadores indígenas e quilombolas para que o conteúdo produzido atenda às demandas das comunidades e para que as ações da mídia e das instituições humanitárias sejam efetivas e engajadas. Também apontaram que é uma forma de garantir a sustentabilidade das redes de comunicadores na Amazônia.

> Jornalistas e comunicadores devem ser pessoas da própria comunidade - o que envolveria processos de engajamento e treinamento da comunidade (Coordenador de Saúde da OIM, Roraima, 21 de março de 2022).

Os povos indígenas e quilombolas estão se organizando, dialogando com as instituições e criando espaços para ecoar suas narrativas. Enquanto a representatividade das comunidades não é garantida nos espaços de construção e compartilhamento de

informações, as organizações e coletivos criam suas próprias estratégias para se comunicar e tecer redes. Exemplos disso são a Rede Wakywai, promovida pelo Departamento de Comunicação do Conselho Indígena de Roraima, e o coletivo de comunicação da Malungu, uma organização quilombola no Estado do Pará.

> Temos um coletivo de comunicação liderado por um jornalista contratado por Malungu e um grupo de jornalistas voluntários que têm formação em comunicação social e experiência com as agendas quilombolas. A partir deste coletivo reunimos os artigos, os discutimos e os enviamos à mídia na tentativa de sensibilizar este grupo para que eles possam publicar e dar visibilidade ao que realmente queremos. Embora isto não esteja acontecendo, nós mesmos os produzimos (coordenador do projeto Malungu, Pará, 24 de março de 2022).

Resultado 3: *Falta de ação conjunta entre instituições humanitárias e a mídia para responder à desinformação sobre a COVID-19 de forma contextualizada*

Todos os entrevistados relataram lacunas no processo de comunicação com a mídia e falta de diálogo sobre as demandas das comunidades. Além disso, eles criticaram a abordagem sensacionalista da mídia tradicional ante de algumas agendas e mencionaram a necessidade de reformular as estratégias de comunicação. Paralelamente, os entrevistados também reconheceram a importância de uma ação conjunta com a mídia/jornalistas para ampliar o alcance de suas práticas.

> Nós sozinhos não poderíamos conseguir, portanto, se fortalecermos a luta com instituições com várias frentes, poderemos mostrar nossas reais necessidades. O trabalho coletivo é o caminho (coordenador do projeto Malungu, Pará, 24 de março de 2022).

> Construir pontes; fortalecer as capacidades da mídia local; desierarquização do sofrimento (visão sensacionalista de alguns veículos de comunicação) (Assessoria de Imprensa de MSF Brasil, Roraima, 21 de março de 2022).

Desde o início da pandemia, os atores humanitários têm trabalhado com comunidades indígenas e quilombolas de diferentes maneiras, reformulando suas práticas e buscando adaptar-se aos contextos. Mesmo não estando diretamente nos territórios, por respeito as barreiras sanitárias das comunidades, eles criaram campanhas e intervenções contextualizadas. Alguns pontos em comum nas declarações dos entrevistados foram o reconhecimento da importância do trabalho em rede e a necessidade de fortalecer o

diálogo com a mídia, priorizando uma perspectiva local para melhorar o trabalho feito com as comunidades. Nesse âmbito, reforça-se a importância das articulações com canais de mídia e humanitários, dentro dos quais estejam presentes membros das comunidades indígenas e quilombolas.

> É algo que podemos fazer, ajudar a mídia além da sugestão da agenda e ainda não o fizemos claramente. Os resultados de Te Sai Covid estão sendo transformados em um relatório. Mas é importante refletir sobre isso, para compartilhar esses feedbacks que estamos coletando nos projetos. Acreditamos que este apoio de materiais sobre temas específicos para a grande mídia ajuda muito na cobertura de nossa própria região (Técnica de Campo do Instituto Peabiru, Pará, 25 de março de 2022).

As demandas e agendas relacionadas à Amazônia são diversas e precisam considerar a multiplicidade socioambiental e cultural dos territórios e povos que os habitam. No discurso dos interlocutores de Malungu e do Instituto Peabiru, ficou evidente que existe uma distância da mídia para as agendas sociais. Ao dirigir a atenção para a agenda ambiental, as demandas dos povos tradicionais são desconsideradas como parte desta mesma agenda, especialmente porque eles são diretamente afetados pelos problemas ambientais. Estas notas destacam a falta de ação conjunta entre os atores humanitários e a mídia e reforçam a importância dos canais de diálogo sobre temas indígenas e quilombolas e, especialmente, com os povos indígenas e quilombolas.

Parte das instituições humanitárias destacou que muito do interesse da mídia está focado em uma comunicação mais institucional quando não há uma abordagem sensacionalista de certos temas. Por outro lado, para as organizações humanitárias, a abordagem institucional é frequentemente mantida devido à sensibilidade de alguns temas - especialmente aqueles que envolvem populações sob proteção ou risco. Assim, a abertura de entrevistas ou discursos mais aprofundados sobre os temas dos mandatos nem sempre é possível.

RESULTADOS:

Desafios e lacunas enfrentados pelos atores da mídia no relacionamento com os atores humanitários e de saúde durante a cobertura da pandemia da COVID-19

Esta parte da pesquisa engloba entrevistas com agentes da mídia e a visão geral das principais descobertas.

Resultado 1: *Agentes humanitários e de saúde como fontes confiáveis sobre a pandemia da COVID-19 diante da insegurança do contexto político brasileiro*

É consenso entre os atores da mídia que as informações fornecidas pelos atores humanitários e de saúde foram muito importantes na cobertura da pandemia da COVID-19. Este torna-se um resultado importante quando consideramos que, durante este período, surgiu uma série de conflitos no cenário político brasileiro que contribuíram para uma situação de insegurança. Estes conflitos, que envolveram principalmente o poder executivo, vão desde a retirada dos dados oficiais da plataforma governamental[1], até um período de constante intercâmbio de Ministros da Saúde, no qual três autoridades ocuparam o cargo em três meses[2]. Estas circunstâncias enfraqueceram os órgãos públicos como fontes de informação confiáveis. Dado este contexto, as informações fornecidas pelos institutos de pesquisa e agências humanitárias se tornaram especialmente relevantes.

> No atual cenário governamental, não havia como confiar nas informações institucionais de saúde, portanto a idéia era sempre buscar, especialmente nos picos da pandemia, informações em estudos e agentes internacionais. (Jornalista freelancer da Agência Pública, CNN e UOL, Amapá, 25 de março de 2022).

1 https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/06/apos-reduzir-boletim-governo-bolsonaro-retira-dados-acumulados-da-covid-19-de-site-oficial.ghtml

2 https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/03/15/mandetta-teich-pazuello-e-queiroga-os-4-ministros-da-saude-da-pandemia.htm

https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/o-que-esperar-da-terceira-troca-no-ministerio-da-saude-do-governo-bolsonaro/

Todos os atores da mídia que foram entrevistados na pesquisa enfatizaram que o acesso a profissionais do setor humanitário e de saúde era essencial para fornecer dados confiáveis sobre eventos ligados à pandemia, tais como o aumento do número de casos, a disponibilidade de leitos e a situação da campanha de vacinação. Graças à experiência dos agentes humanitários e de saúde, os jornalistas puderam informar sobre novas variantes, questões relacionadas à vacina e até mesmo os tratamentos experimentais que surgiram. O acesso de especialistas humanitários e de saúde teve relevância na luta contra a desinformação porque facilitou a verificação dos rumores que circulavam, para produzir esclarecimentos bem fundamentados.

> Os profissionais de saúde que contatamos e buscamos, entendemos que eles estão comprometidos com a saúde pública. Normalmente, eles são médicos e enfermeiros do sistema de saúde e, por serem deste setor, têm uma responsabilidade (Radialista do programa Alô Comunidades, Pará, 24 de março de 2022).

> São estas organizações [humanitárias e de saúde] as que têm o maior contato e expertise com o tema [da pandemia e outras crises humanitárias] (Jornalista do portal Correio do Lavrado, Roraima, 22 de março de 2022).

Resultado 2: *Dificuldade de acesso aos atores humanitários e de saúde para entrevistas*

Embora os atores humanitários e de saúde tenham sido identificados como fontes relevantes e confiáveis, alguns interlocutores fizeram considerações. Para o jornalista do portal da Rede Amazoon:

> Depende da fonte também, certo? Quando é uma fonte oficial, eles sempre tentam esconder algum aspecto específico (Jornalista do portal da Rede Amazoon, Roraima, 25 de março de 2022).

Quando se referem a fontes oficiais do governo, os jornalistas normalmente se referem a atores da saúde pública, tais como gerentes de hospitais, secretarias de saúde e até mesmo agentes comunitários de saúde. Quando perguntados sobre os desafios enfrentados na cobertura da pandemia, a emissora de rádio do programa Alô Comunidades, no estado do Pará, afirmou que:

> Logo no início [da pandemia] os órgãos oficiais estavam trazendo informações, implementando um sistema de atendimento, estavam instalando suas estruturas, era muito fácil, não havia problema. Mas depois começaram a surgir perguntas por parte da comunidade. Por que não existe um hospital de campo em cada cidade? Por que não se conseguiu

> uma chance para todos? Por que uma vacina chegou na cidade e as pessoas do campo não chegaram? Quando o questionamento começa a incomodar os gerentes de saúde, eles começam a colocar uma barreira (emissora de rádio do programa Alô Comunidades, Pará, 24 de março de 2022).

Uma jornalista do Amapá também indicou que ela manteve contato com vários profissionais de saúde e os percebeu como muito abertos ao diálogo. Mas dependendo da época da pandemia, podem surgir dificuldades, como longos períodos para responder aos jornalistas ou fornecer dados solicitados.

> Em tempos de crise, houve um grande atraso. Embora a situação seja crítica, não se pode esperar que a crise passe para receber informações. (Jornalista do Diário do Amapá, Amapá, 23 de março de 2022).

Os interlocutores do Pará e do Amapá destacaram estes contatos com profissionais de saúde, mas não mencionaram muitas agências ou atores humanitários. A Cruz Vermelha foi mencionada pelo jornalista do Amapá, e a emissora de rádio do programa Olá Comunidades destacou a importância das ONGs, como o Projeto Saúde e Alegria, na divulgação de informações para as comunidades do interior do estado do Pará. Entretanto, os respondentes de Roraima deram maior ênfase ao engajamento com os atores humanitários[3]. No entanto, todos os entrevistados relataram dificuldades em estabelecer contato e obter entrevistas com atores humanitários e de saúde, especialmente comunicadores que trabalham em mídia independente. Desde a indisponibilidade para a entrevista, e-mails e convites ignorados, até a demora no fornecimento das informações necessárias, todos estes elementos foram destacados por jornalistas. Quando questionados sobre os desafios desta relação, os interlocutores da mídia deram as seguintes respostas:

> [O principal desafio é a rotina diária do jornalista]. Às vezes não há tempo para procurar uma fonte adequada (jornalista freelancer da Agência Pública, CNN e UOL, Amapá, 25 de março de 2022).
>
> Os representantes [das entidades humanitárias] estão muito ocupados e responder à mídia acaba sendo uma das últimas missões destes atores (Jornalista do portal Rede Amazoon, Roraima, 25 de março de 2022).

3 Isto é certamente um reflexo da proximidade do estado de Roraima com a fronteira com a Venezuela e do intenso fluxo de migrantes venezuelanos - incluindo os povos indígenas.

Resultado 3: *Disponibilidade e interpretação dos dados e resposta à desinformação*

Alcançar representantes do setor de saúde ou humanitário torna-se relevante, especialmente dada a quantidade de dados que foram produzidos durante a pandemia. Em suas respostas, os jornalistas entrevistados relataram que consultaram profissionais de saúde e humanitários para acessar dados confiáveis e atualizados, e para fornecer análises de dados. Quando perguntado sobre os desafios enfrentados na cobertura da pandemia, o jornalista do portal da Rede Amazoon respondeu:

> Encontrar dados, filtrar os dados e trabalhar os dados. A pandemia demonstrou a importância do jornalismo de dados. Foi bastante difícil porque eles tiveram que interpretar estes dados, surgiram dúvidas e precisaram contatar fontes para apoiar o entendimento (Jornalista do portal da Rede Amazoon, Roraima, 25 de março de 2022).

A necessidade de fornecer dados atualizados também encontrou barreiras. A jornalista do Diário do Amapá, em sua entrevista, comentou que a demora na atualização das informações nos sites oficiais do governo já era um problema antigo, mas que diante do surgimento da pandemia da COVID-19 ela foi ampliada:

> Percebemos um problema que é a atualização de dados. Os sites que estão disponíveis para supostamente acessar as informações levam tempo para serem atualizadas. No Amapá eles são primeiro feitos à mão e depois digitalizados (Jornalista do Diário do Amapá, Amapá, 23 de março de 2022).

Todos os entrevistados afirmaram que as informações de que mais precisam dos trabalhadores humanitários e de saúde são os dados sobre o número de casos e mortes devido à COVID-19, leitos de UTI, número de vacinados, etc. Embora estas informações sejam muito solicitadas, seja por eles ou por seu público, um interlocutor ressaltou que este não é o tipo de informação que ele considera relevante na luta contra a desinformação. Para este interlocutor, mais importante que os dados científicos, os testemunhos pessoais, sejam de especialistas ou de pessoas comuns, têm grande peso no combate à desinformação:

> [...] chegou um momento em que tivemos que fazer produções para combater esta [desinformação], em relação à vacina, até mesmo. Como fizemos isso? Tomando declarações de atores fora [das comunidades] relacionadas com a vacina. [...] Este tipo de testemunho foi importante para desfazer as notícias que nos foram transmitidas como inverdades. Este foi um trabalho importante que assumimos em um mês. E não se refutam essas informações com argumentos científicos. Nós contrariamos com declarações de pessoas que haviam sido vacinadas. (Emissora de rádio do programa Alo Comunidades, Pará, 24 de março de 2022).

CONCLUSÃO

A análise dos dados foi um aspecto muito relevante na cobertura jornalística feita durante toda a pandemia da COVID-19. Por exemplo, análise de dados de casos da COVID-19, mortes, infecções, internações, disponibilidade de camas, para eventualmente dados sobre o número de pessoas vacinadas. Entretanto, o contexto político brasileiro, permeado por conflitos que tinham o chefe de estado no seu centro, enfraqueceu as instituições governamentais como fontes de informação confiáveis.

Neste cenário de insegurança, os jornalistas intensificaram sua busca por outros atores, principalmente ligados a organizações da sociedade civil que fornecem ações humanitárias e de saúde. Estes atores foram fundamentais por sua experiência em relação às comunidades com as quais trabalharam ou mesmo diante do tema da saúde e da crise humanitária. Assim, eles se tornaram fundamentais para a interpretação dos dados coletados. Justamente por esta razão, a dificuldade de acesso a eles é motivo de frustração para os interlocutores da mídia que foram entrevistados nesta pesquisa.

Os atores de organizações humanitárias concordam com a dificuldade de estabelecer uma ação conjunta com os atores da mídia. Para eles, o principal obstáculo é a produção contínua de informações descontextualizadas sobre a realidade e as demandas dos povos indígenas e quilombolas. Isto se deve à falta de inovação nas estratégias de comunicação e à ausência de representatividade indígena e quilombola entre os jornalistas. Além disso, há uma prática estabelecida de priorizar a agenda ambiental sobre a agenda socioambiental. Como resultado, os povos indígenas e comunidades quilombolas são mais uma vez negligenciados.

RECOMENDAÇÕES PARA OS ATORES HUMANITÁRIOS

- Construir um banco de dados com informações sobre a realidade amazônica, indígena e quilombola, características das comunidades, especificidades, títulos, demandas, confrontos e indicações de organizações que trabalham com as comunidades dirigidas à mídia e outras instituições interessadas. O objetivo seria apoiar a compreensão da diversidade de realidades, para melhor contextualizar a produção de reportagens. O banco de dados estaria disponível como apoio às produções jornalísticas e seria construído a partir de atividades de escuta e a partir das experiências e narrativas das comunidades.

- Apoiar e incentivar canais acessíveis de comunicação entre organizações humanitárias e de saúde e atores da mídia, tais como grupos WhatsApp ou outras ferramentas de comunicação rápida.

- Criar e incentivar ações de colaboração que promovam a aproximação entre organizações humanitárias e atores da mídia, tais como eventos e projetos.

RECOMENDAÇÕES PARA OS ATORES DA MÍDIA E JORNALISTAS

- Promover conversas contínuas com líderes comunitários indígenas e quilombolas, organizações humanitárias, agentes de saúde e atores da mídia, considerando a necessidade de compreender os desafios enfrentados pelas comunidades locais e o contexto de suas demandas.

- Incentivar a construção de histórias e produtos de mídia que tenham a voz de sujeitos e líderes de comunidades indígenas e quilombolas, como estratégia para fortalecer as informações transmitidas, garantindo a representatividade e contextualização das agendas. O relatório dos membros da comunidade associados a informações confiáveis impulsiona ações para combater a desinformação.

- Promover oficinas de treinamento e capacitação de jovens indígenas e quilombolas no campo da comunicação para garantir o protagonismo das comunidades e a sustentabilidade das atividades e debates propostos.

- Estabelecer um contato frequente com agentes de saúde e líderes comunitários para que as perguntas relacionadas à saúde desses povos sejam respondidas nos produtos da mídia de forma contextualizada e de acordo com as necessidades dos atores que vivem nessas comunidades.

- Criar rede entre atores humanitários, de saúde e de mídia para articular, de forma contextualizada e rotineira, estratégias de atuação e respostas a situações de emergência sanitária e social, como no caso da pandemia da COVID-19.

REFERÊNCIAS

Narrativas Ancestrais. 2022. **Disponível em:** http://www.amoreira.info/narrativasancestrais/#

CEBRAP. 2021. **Disponível em:** https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2021/01/Informativo-6-O-impacto-da-Covid-19-sobre-as-comunidades-quilombolas.pdf

MOM, 2017. **Disponível em:** http://brazil.mom-gmr.org/br/

Atlas da Notícia, 2022. **Disponível em:** https://www.atlas.jor.br/